

ARTIGO

O CASO OCUPE ESTELITA E O SILENCIAMENTO NO JORNALISMO PERNAMBUCANO



CAROLINA FIGUEIREDO

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – Pernambuco – Brasil
ORCID: 0000-0001-6611-2038

JULIANA CAVALCANTI

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – Pernambuco – Brasil
ORCID: 0000-0002-2946-7638

DOI: 10.25200/BJR.v16n1.2020.1176

Recebido em: 19/02/2019

Aprovado em: 26/08/2019

Revisado em: 26/08/2019

RESUMO – Este artigo se propõe a investigar o silenciamento da imprensa pernambucana no caso do Movimento Ocupe Estelita, a partir da análise da cobertura jornalística realizada durante a ocupação do terreno do Cais José Estelita. Entre maio e junho de 2014, diagnosticou-se como a voz do Movimento Ocupe Estelita foi silenciada na cobertura jornalística dos três principais jornais pernambucanos: *Folha de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Comércio*. Em um momento em que os meios tradicionais de comunicação vivem uma crise de modelo do negócio e no qual a informação é cada vez mais horizontal, avalia-se aqui os reflexos do silenciamento do tema Ocupe Estelita na pauta da imprensa pernambucana.

Palavras-chave: Jornalismo. Ocupe Estelita. Silêncio. Silenciamento. Análise de conteúdo.

THE OCCUPY ESTELITA MOVEMENT AND SILENCING IN PERNAMBUCO JOURNALISM

ABSTRACT – This paper investigates the press in the state of Pernambuco and its silencing of the Occupy Estelita movement by analyzing journalistic coverage on the occupation of the José Estelita pier. An examination was conducted between May and June of 2014 on how the voices for the Occupy Estelita movement were silenced in the journalistic coverage from the three main journals in Pernambuco: *Folha de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* and *Jornal do Comércio*. At a time when traditional media are experiencing a crisis in their business model and information is increasingly horizontal, we reflect on the silencing of the Occupy Estelita movement in the Pernambuco press.

Key words: Journalism. Occupy Estelita. Silence. Silencing. Content analysis.

EL CASO OCUPA ESTELITA Y LO SILENCIAMIENTO EN EL PERIODISMO PERNAMBUCANO

RESUMEN – Este trabajo propone investigar lo silenciamento realizado por la prensa del estado de Pernambuco en el que se refiere a el caso del Movimento Ocupa Estelita, tomando como referencia el análisis de la cobertura periodística realizada durante la ocupación del terreno del Cais José Estelita. Entre mayo y junio de 2014, fue realizado un diagnóstico de cómo la voz de Movimento Ocupa Estelita fue silenciada en la cobertura periodística de los tres principales periódicos de Pernambuco: *Folha de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* y *Jornal do Commercio*. En un momento en que los medios tradicionales experimentan una crisis de modelo de negocio y en que la información es más horizontal, evaluamos los reflejos de lo silenciamento del caso Ocupa Estelita en la prensa de Pernambuco.

Palabras clave: Periodismo. Ocupa Estelita. Silencio. Silenciamento. Análisis de contenido.

1 Introdução

O jornalismo vem enfrentando uma crise causada especialmente pela mudança nos hábitos de leitura, acesso e compartilhamento de informações. O principal reflexo da mudança tem sido a queda na circulação de jornais e revistas. Portais independentes, blogs e, especialmente, as redes sociais têm se transformado nas principais fontes de informação dos sujeitos.

Por meio de plataformas de compartilhamento e produção de informação (*Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, *Youtube*, *Snapchat*, *Instagram*), produz-se e disponibiliza-se textos, vídeos e imagens que passam ao largo dos grandes meios de comunicação. Através de fenômenos como o jornalismo hiperlocal (Borges, 2015), no qual a produção jornalística se aproxima dos sujeitos, produzindo conteúdo referente àquilo que lhes é próximo em termos geográficos, numa lógica que contraria o modelo de mídia de massas que se tornou hegemônico na segunda metade do século XX, os conteúdos passam a ser cada vez mais próximos dos consumidores. De acordo com Carvalho e Lourenço (2013), o jornalismo hiperlocal pode ser um fenômeno capaz de oxigenar e diversificar a produção de conteúdo

no plano digital da esfera pública. Em face desse tipo de inovação no campo, as mídias tradicionais fazem muitas vezes uma cobertura posterior dos assuntos que se destacaram nas redes sociais digitais; seja para corroborar com elas, repercutindo seus destaques, seja para desmentir informações compartilhadas em massa. A questão ganhou tal importância na atualidade que já é possível verificar a criação de seções nos portais de imprensa e mídias digitais focadas na checagem de fatos e em desmentir o que se convencionou chamar de *fake news*.

No Brasil, os protestos ocorridos em 2013 e as eleições presidenciais de 2018 são exemplos de momentos nos quais a mídia tradicional concorreu com canais como *Mídia Ninja*, *A Voz da Comunidade*, *Movimento Brasil Livre* (MBL) e blogs como os de Paulo Henrique Amorim, de Luis Nassif ou de Olavo de Carvalho – que têm em comum independência da visão editorial dos grandes veículos. Também é possível citar meios de menor alcance, a chamada mídia alternativa e redes formadas pelo *WhatsApp*. Em diferentes contextos esses meios de comunicação alternativos atraem o público por aproximarem-se dele seja por sua independência, seja pela proximidade ideológica ou geográfica (no caso do jornalismo hiperlocal) que estabelecem (Barcelos, 2013). A concorrência gerada por esses meios aponta para o fim do monopólio da produção de notícias e da mediação informativa tradicionalmente exercido pela mídia corporativa.

No Recife, situação assim (na qual a mídia tradicional enfrentou a concorrência das informações difundidas através de mídias sociais) pode ser exemplificada através do histórico do Movimento Ocupe Estelita e da sua relação com a mídia corporativa. Criado em 2012 com a intenção de pressionar a modificação do projeto planejado por um consórcio de construtoras (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos) para um terreno de 101,7 mil metros quadrados localizado entre o Bairro de Santo Antônio e a zona sul da cidade, o Ocupe Estelita recorreu às redes sociais para se comunicar com a sociedade civil.

A área foi comprada por R\$ 55 milhões para dar lugar a um condomínio com 13 torres de mais de 30 andares, em um projeto chamado Novo Recife, a ser realizado no terreno da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), onde está também o Cais José Estelita. A disputa pelo destino da região envolve interesses econômicos, debate sobre desenvolvimento urbano e noções de espaço público e privado.

Em paralelo à disputa legal travada no âmbito da justiça e nas instâncias de participação pública do Recife, como é o caso

do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade, outra batalha foi travada de forma silenciosa: a disputa sobre a narrativa dos acontecimentos que envolvem a venda do terreno e as diferentes propostas sobre a melhor destinação para a área do Cais José Estelita oferecidas pela sociedade civil organizada, pelo setor imobiliário e pelo poder público municipal e estadual.

A cobertura dos jornais locais sobre o tema e a ocultação de uma das principais vozes do debate (o Movimento Ocupa Estelita) aponta para uma escolha narrativa em que se silenciou uma das partes interessadas no destino da região e privilegiou-se um olhar que acabou por reproduzir nas reportagens, colunas, charges, artigos e cartas de leitores um suposto embate entre “desenvolvimento e atraso”, “utilidade e abandono”, “progresso e estagnação” – sendo os primeiros, na maior parte das ocorrências, representados pelo projeto imobiliário Novo Recife, enquanto aos últimos foi atribuída a noção de atrasar e impedir o desenvolvimento da cidade.

Praticamente ignorado pela mídia local, o Ocupa Estelita buscou formas de mobilização e de divulgação particulares, vinculadas ao hiperlocal, driblando a exclusão impetrada pelos veículos de comunicação e pelas empreiteiras investidoras do projeto. A percepção sobre o viés de cobertura adotado pela imprensa despertou a necessidade de compreender como se dá o silenciamento dos manifestantes do Ocupa Estelita nos principais jornais de Pernambuco. Em uma cidade com histórico de disputas pela ocupação urbana e com a implementação de diversos projetos que vêm, ao longo do tempo, excluindo as populações mais pobres das áreas centrais, entender como a imprensa se posiciona diante de um movimento que se colocou abertamente contra um empreendimento milionário e que, de fato, impediu a obra de acontecer durante alguns anos, é importante para compreender também os mecanismos de funcionamento da mídia corporativa.

2 Marco teórico

Silenciar é construir sentidos e, contraditoriamente, dar voz a temáticas “mais interessantes” para produtores e patrocinadores das publicações noticiosas. Apenas criando estratégias para driblar o silenciamento é que o Ocupa Estelita conseguiu a mobilização necessária para tornar sua luta visível. A articulação explica como, nos quase

30 dias de ocupação do terreno em 2014, a pauta de reivindicações dos manifestantes ganhou destaque em jornais internacionais, como *El País* e *The Guardian* e nas redes Al Jazeera e BBC, enquanto nos jornais locais a voz dos manifestantes foi calada. Orlandi (1995), dedica especial atenção à questão dos silêncios e silenciamentos na mídia:

O nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio, muito pronunciada nas sociedades contemporâneas. Isso se expressa pela urgência no dizer e pela multidão de linguagens a que estamos submetidos no cotidiano. Ao mesmo tempo, espera-se que estejam produzindo signos visíveis (audíveis) o tempo todo. Ilusão de controle pelo que "aparece": temos de estar emitindo sinais sonoros (dizíveis, visíveis) continuamente. (Orlandi, 1995, p. 35).

O silenciamento do Ocupe Estelita pela mídia local pode ser percebido como a força do poder econômico e ideológico agindo sobre os veículos de comunicação, que ignoram o jornalismo hiperlocal e suas possibilidades (Borges, 2015). O ponto de vista corrobora com as argumentações de Carvalho e Lourenço (2013) e Barcelos (2013) sobre a penetração do jornalismo hiperlocal na atualidade. Mostra também que se o jornalismo não fizer o seu trabalho de mediação, os cidadãos encontrarão formas de comunicarem suas demandas, como acabou acontecendo. Efetivamente, o papel do sujeito-repórter descrito na noção de jornalismo hiperlocal, como apontam Borges (2015) e Barcelos (2013), foi exercido durante todo o caso Estelita para burlar o silenciamento. Foi a relação dos indivíduos de proximidade com uma pauta local de relevância para si, sem mediação da mídia corporativa que rompeu a espiral do silêncio (Orlandi, 1995).

Do ponto de vista do valor-notícia e do compromisso jornalístico com a reprodução e análise da realidade social, o silêncio de uma das vozes-chave no debate por parte da imprensa corporativa prejudicou a compreensão da sociedade do que estava acontecendo na cidade e também sobre a motivação e a legitimidade do protesto realizado pelo Ocupe Estelita. Tanto que coube à mídia alternativa, através dos sujeitos, fazer a cobertura dos acontecimentos. Kucinski (1991), ao falar do nascimento da mídia alternativa, explica que este se dá pela dificuldade de acesso de jornalistas e produtores de informação em geral (no caso de cartunistas, por exemplo) dos veículos de comunicação tradicional e da censura que eles produziam. Ora, Orlandi (1995) também menciona a censura como questão fundamental para o silêncio, de modo que a mídia alternativa

pode ser vista como opção a processos de silêncio e silenciamento produzidos pela mídia corporativa.

Contudo, silenciamento não significou que não houve cobertura jornalística, por parte da mídia corporativa, sobre os acontecimentos relativos ao caso Estelita. O que se percebeu foi a exclusão das demandas do Movimento Ocupe Estelita e o silenciamento das vozes dos manifestantes – que raramente foram entrevistados, identificados, ou mesmo tiveram espaço nas diversas publicações analisadas.

Pensar que ao menos uma centena de pessoas acampou em um grande terreno no centro da capital pernambucana durante 28 dias (num período em que se realizava na cidade uma das fases da Copa do Mundo de Futebol), ter em conta que estas pessoas mobilizaram atividades de debates, protestos com interrupção do trânsito e atividades culturais com artistas de projeção nacional e que a mobilização praticamente ficou à margem da cobertura jornalística local, enquanto veículos de imprensa nacionais e internacionais destacavam os acontecimentos no grande terreno do Cais José Estelita, faz refletir sobre o papel do jornalismo enquanto legitimador de um discurso, ou, do contrário, de silenciador de um debate. Como explicar não haver uma linha sobre o início da ocupação no Estelita nas páginas do jornal *Folha de Pernambuco*, por exemplo, mas ver registrada a publicação de um anúncio de página inteira dos investidores relatando sua versão dos fatos no periódico?

O assunto, pelo menos em teoria, atenderia os critérios de noticiabilidade que, segundo Traquina (2002, pp. 186–208) poderíamos resumir em: proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado e conflito. Também atenderia a critérios de cobertura, colocando-se questões como: disponibilidade, equilíbrio, visibilidade e concorrência. E ainda poderia ser enquadrado como acontecimento noticioso excepcional, localizado, com continuação e em desenvolvimento. Correia (2005) nos lembra como é construído o sistema de relevâncias dos jornalistas:

(...) é construído no âmbito das interações sociais que se produzem no seio do mundo da vida que é sua própria comunidade interpretativa e na interseção com outros sistemas de relevâncias, designadamente outras seções do jornal (como a Administração e a Publicidade) e também os da comunidade (regional, nacional, étnica) de que fazem parte. (Correia, 2005, p. 128).

A definição é importante para lembrarmos que a relevância do que será ou não publicado ultrapassa a vontade e o trabalho do jornalista profissional, envolvendo outros setores da sociedade.

Van Dijk (2017) discorre sobre como o controle do discurso e sua reprodução são importantes para o controle do poder social. Na mídia, esse controle pode ser feito através da escolha do que é noticiado e “relevante” e também através da linguagem utilizada para narrar/explicitar os fatos. Para a compreensão do uso desses termos tomou-se a análise de conteúdo de Bardin como referência. Preconiza-se a análise de dado fragmento, extraindo-se suas características para classificação de acordo com o significado e possíveis características da mensagem (Bardin, 2011). Um exemplo pode ser o uso das palavras “ocupação” e “invasão”, normalmente utilizadas no mesmo contexto, mas com significados bem distintos na mensagem transmitida.

Poder nesse sentido não deve ser definido como o poder de uma pessoa, mas antes como o poder de uma posição social, sendo organizado como parte constituinte do poder de uma organização. Portanto, precisamos fazer uma análise social muito mais sofisticada para conseguirmos indicar com precisão quem controla o discurso público e como. (Bardin, 2011, p. 286).

Minimizar um tema ou silenciá-lo na mídia alternativa, nas redes sociais e em veículos de imprensa de outras localidades pode colocar em questão um fundamento-base do jornalismo e no qual se fundamenta a noção de realidade de quem se considera “informado”: a credibilidade. Amorim (2017, pp. 38–39) lembra ainda que “as rotinas de silenciamento dentro de uma redação dificilmente serão percebidas pelo público leitor de um veículo de comunicação”.

Talvez sejam, no máximo, comentadas entre os profissionais que cobrem determinado tema ou atuam em uma mesma empresa. Mas é de se supor que os limites entre o que é censura e o que ficaria no campo do silêncio constitutivo dificilmente pode ser explicitado. Acredito que os dois campos da política do silêncio dificilmente podem estar separados, pelo menos no ambiente do jornalismo brasileiro, já que em um mercado extremamente competitivo a compreensão do implícito da censura muitas vezes é uma exigência dos veículos comerciais para quem quer continuar no mercado. (Amorim, 2017, pp. 38–39).

Moreira (2007, pp. 319–342) enfatiza que o silêncio do discurso jornalístico comunica e foi bastante utilizado no período da ditadura militar. Apenas criando estratégias para driblar o silenciamento é que o Ocupe Estelita conseguiu a mobilização necessária para dar voz à sua luta. A pesquisa de campo nos mostrou que os acontecimentos relacionados diretamente à ocupação estiveram presentes nas páginas dos jornais locais – citados como eventos culturais (shows com artistas locais e nacionais) – e que o debate em torno do que

aconteceria no terreno (a continuidade do Projeto Novo Recife, a mudança no planejamento da obra, o debate em torno da legalidade e da destinação do espaço e também a desocupação do espaço), nas páginas dos jornais pernambucanos, excluiu as vozes do Movimento Ocupa Estelita e do Grupo Direitos Urbanos.

Essa constatação não significa que o assunto tenha sido retirado da pauta dos jornais nos 61 dias de publicações analisadas. Mostra, entretanto, que os manifestantes – apesar de serem protagonistas do fato que motivou a interrupção da obra do Novo Recife – tiveram sua voz ocultada da cobertura jornalística sobre os acontecimentos. Foram silenciados. A narrativa publicada nos jornais pernambucanos teve como protagonista o Projeto Novo Recife, enquanto ao Movimento Ocupa Estelita coube o papel de coadjuvante.

3 Materiais e métodos

A presente pesquisa parte do pressuposto teórico-metodológico que todo construto narrativo feito em linguagem escrita é também necessariamente discursivo. A análise do discurso é um instrumental teórico utilizado aqui para dar tratamento aos dados coletados, como propõe Bardin (2011). Efetivamente este foi o instrumental que nos permitiu organizar o *corpus* analítico em registros produzidos pelos jornais (nota, artigo, reportagem, coluna etc.). Essa organização se refere a unidades de registro, como sugerido por Bardin (2011), que permitem não só organizar o *corpus*, mas dele extrair dados qualitativos. No processo de organização dos registros, delimitou-se um período de coleta tanto dos eventos promovidos pelos manifestantes organizados sob as nomenclaturas de Movimento Ocupa Estelita e Grupo Direitos Urbanos, quanto a atuação do consórcio de construtoras que forma o Projeto Novo Recife, para que fosse possível investigar, sob a luz da noção de silenciamento e da análise do conteúdo, a cobertura dos três principais jornais impressos diários em circulação no estado de Pernambuco.

O objetivo foi compreender como se deu a cobertura e se as vozes de todas as partes atuantes no debate a respeito do destino da área em disputa estiveram representadas no escopo do jornalismo corporativo. No caso, utilizamos os critérios de noticiabilidade para nos guiar na avaliação dos fatos como acontecimentos de interesse jornalístico.

A partir desses princípios, foi definido que seria feito um levantamento do conteúdo publicado no período em que durou a ocupação do terreno do Cais José Estelita por parte dos integrantes do Movimento Ocupe Estelita, com o intuito de impedir a demolição dos armazéns de açúcar pelo consórcio de construtoras; algo que deixaria o terreno livre para o início das obras do condomínio Novo Recife. A ocupação foi iniciada em 21 de maio de 2014 e finalizada em 17 de junho do mesmo ano (após cumprimento de mandado de reintegração de posse pela Polícia Militar de Pernambuco).

Após a determinação do período a ser analisado, surgiu a necessidade de verificar, para termos de comparação, se os jornais diários pernambucanos costumavam cobrir assuntos relacionados aos temas urbanismo, construção civil, ocupação urbana, e se também noticiavam assuntos relacionados ao Cais José Estelita em período anterior ao início da ocupação do terreno e, da mesma forma, se continuaram destacando o assunto e os temas relacionados à urbanização da cidade no período imediatamente posterior à reintegração de posse. Tal necessidade acabou ampliando a amostra analisada, estabelecendo uma pesquisa que englobou o período de primeiro de maio a 30 de junho de 2014, nos jornais *Folha de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*.

É necessário ressaltar que a amostra analisada é relativa às edições impressas desses jornais. Tal análise teve o intuito de compreender também como as vozes presentes nas páginas dos periódicos durante o período relacionado se equilibraram tanto na cobertura jornalística, quanto na possibilidade de as partes interessadas no tema conseguirem um maior destaque para seus pontos de vista, a partir do poder econômico de anunciar no espaço compartilhado com as matérias informativas.

A pesquisa foi realizada nos acervos do Arquivo Público de Pernambuco, da Biblioteca Pública Estadual e também através de acesso a arquivos de PDF de algumas páginas impressas publicadas disponibilizadas pelo Centro de Documentação do Diário de Pernambuco (Cedoc).

4 Análise de dados

A ocupação do terreno pelos manifestantes do Ocupe Estelita e do Grupo Direitos Urbanos começou no dia 21 de maio de 2014, depois que um integrante do Direitos Urbanos passou em frente ao terreno do Cais José Estelita e percebeu que a demolição dos antigos

armazéns de açúcar da RFFSA havia começado. O cidadão alertou outras pessoas através do *Facebook*, o que deu início, primeiro, a uma mobilização no terreno, depois ao acampamento.

O acampamento seguiu ativo dentro do terreno até o dia 17 de junho – quase um mês depois de iniciado. Nesse dia, o batalhão de choque da Polícia Militar cumpriu o mandado de reintegração de posse que havia sido expedido pela justiça no dia 30 de maio, mas ainda não executado, por conta de uma liminar impetrada pelo Ministério Público de Pernambuco, cuja validade caiu no dia 15 de junho.

Consideramos atividades realizadas no terreno os vários eventos organizados pelo Movimento Ocupa Estelita no espaço, que incluíram festas, exibição de filmes, entretenimento para crianças e também debates sobre planejamento urbano, democracia, formação das cidades – além de outros temas que mobilizavam os assuntos dos integrantes da ocupação.

Batista (2015, p. 55), ao pesquisar sobre as interações e comunicações no *Facebook* do Grupo Direitos Urbanos, listou ao menos sete dias de atividades organizadas pelo Movimento Ocupa Estelita e pelo Direitos Urbanos no terreno ocupado, entre outras ações e manifestações realizadas durante o período que durou o acampamento. Entre 21 de maio e 17 de junho, dentro do terreno; e entre 18 de junho e 5 de julho, do lado de fora, embaixo do Viaduto Capitão Temudo, no Cabanga. Os eventos chegaram a reunir até 10 mil pessoas no local, segundo os organizadores.

Além dos acontecimentos dentro da ocupação, o grupo participava ativamente dos fóruns e negociações sobre a destinação que seria dada à região, ao lado de representantes do Consórcio Novo Recife, do poder público municipal, do Judiciário, do Ministério Público e de outras entidades da sociedade civil organizada.

Batista (2015, p. 36) traça um perfil dos integrantes e da atuação do Grupo Direitos Urbanos – principal articulador do Movimento Ocupa Estelita – mostrando que o grupo era atuante no mundo *offline* (fora das redes sociais), formado por pessoas organizadas e com capacidade de articulação, inclusive conquistando o “direito de participar da comissão instituída em julho de 2013 com o objetivo de elaborar o projeto de lei municipal que criou o Conselho da Cidade do Recife (ConCidade)”.

Entretanto, o que pudemos perceber na cobertura dos três principais jornais de Pernambuco contraria a participação efetiva do movimento como grupo organizado. Dos 85 registros encontrados de

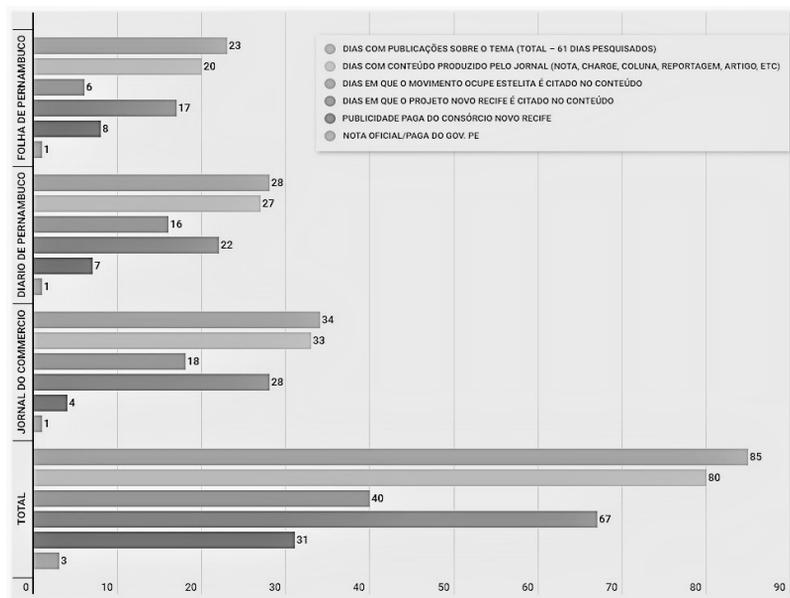
publicações sobre a ocupação nos três periódicos (incluindo vários gêneros jornalísticos: notas, reportagens, colunas, artigos, charges etc.), o Movimento Ocupe Estelita foi citado 40 vezes. Destas, em apenas 18 ocorrências há declarações de representantes, integrantes, ou pessoas ligadas ao movimento. As ocorrências sobre os eventos que começam com o início da demolição dos armazéns de açúcar e o início da ocupação, seguem até o dia 30 de junho de 2014 – completando 61 dias analisados – tendo sido contabilizadas conforme abaixo.

A *Folha de Pernambuco* teve registros sobre o tema em 23 dias. Destes, em 20 dias os registros foram produzidos pelo jornal (nota, artigo, reportagem, coluna etc.), dos quais em apenas seis momentos o Movimento Ocupe Estelita é citado, sendo três dias com declarações. Em três ocasiões, apenas publicidade do Consórcio Novo Recife sobre o assunto foi publicada. Em um dia, a única publicação sobre o tema foi uma nota oficial do governo de Pernambuco sobre a ação de reintegração de posse do terreno. Ao todo, a *Folha de Pernambuco* recebeu oito anúncios (sete do Consórcio Novo Recife e um do governo do estado), totalizando 11 páginas com conteúdo publicitário.

O *Diário de Pernambuco* teve 28 registros de cobertura sobre o assunto. Sendo 27 dias com material produzido pela redação do jornal. Em 16 dias, o Movimento Ocupe Estelita foi citado, aparecendo com voz (“aspas”) em seis ocasiões; das quais em duas foram identificados como Direitos Urbanos. No *Diário*, foram sete dias com publicidade sobre o tema, totalizando 12 páginas de conteúdo pago, sendo 11 com publicidade do Consórcio Novo Recife e um registro de nota oficial de apoio das entidades empresariais do setor de construção civil, assinada pelo Sinduscon, pela Ademi, pelo Secovi e pela Fiepe.

O *Jornal do Commercio* foi o veículo impresso que dedicou mais espaço para a cobertura do tema no período investigado. Ao todo, foram encontrados 34 dias com registros de informações sobre o tema, sendo 33 dias com conteúdo produzido pelo periódico. Em 18 dias, o Movimento Ocupe Estelita aparece citado enquanto movimento/grupo organizado. Destes, em nove dias há declarações de representantes do movimento, em uma com identificação de Direitos Urbanos. O jornal também registrou uma nota oficial do governo de Pernambuco e houve quatro dias com publicidade do Novo Recife, totalizando oito páginas com anúncios/comunicados pagos. As estatísticas podem ser melhor observadas na Figura 1.

Figura 1 – Estatísticas de publicações sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita entre primeiro de maio de 2014 e 30 de junho de 2014 nos jornais *Folha de Pernambuco*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*.



Fonte: autoria própria.

Com essas questões, chegamos à percepção que o evento “ocupação” foi ocultado da cobertura jornalística dos jornais pesquisados nos primeiros dias do acampamento, quando houve o início da demolição dos armazéns e o embargo às obras do Projeto Novo Recife. Enquanto a *Folha de Pernambuco* ignora o início da demolição num primeiro momento e dá destaque ao embargo da obra pela prefeitura do Recife, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* registram o fato, mas de imediato não falam da mobilização dos manifestantes, nem do início da ocupação. O *Jornal do Commercio* chega a dizer inicialmente que, através do Facebook do Grupo Direitos Urbanos, ativistas prometeram acampar no local, embora não tenha tratado da ocupação em si. É importante ressaltar que a *Folha de Pernambuco* vai registrar que existem pessoas se manifestando contra o Projeto Novo Recife pela primeira vez apenas no dia 30 de maio de 2014, em uma nota sobre a concessão da reintegração de posse por parte da justiça. O movimento é então chamado de “movimento contrário à obra”.

No *Diario* e no *Jornal do Commercio*, os primeiros registros de que existiam pessoas opostas ao projeto imobiliário aparece logo no dia seguinte à ocupação, com o mesmo tipo de marcador textual genérico (“pessoas contrárias ao projeto”). A primeira vez que o nome Movimento Ocupe Estelita aparece no *Jornal do Commercio* é em 29 de maio de 2014, no Caderno C – em uma nota a respeito do apoio da atriz Leandra Leal ao movimento. No *Diario de Pernambuco*, a primeira ocorrência e fala de integrantes do movimento acontece em 30 de maio. Mesmo sem ser identificada como integrante do Ocupe Estelita, a advogada Liana Cirne é entrevistada pela reportagem, enquanto o termo Ocupe Estelita é citado em uma nota do roteiro cultural da cidade, no caderno Viver.

É interessante notar que se são silenciados enquanto movimento organizado e em seu posicionamento diante dos acontecimentos, os manifestantes são citados na produção de conteúdo informativo dos jornais das mais diversas formas. Aos ativistas foram destinadas palavras que generalizavam a sua condição e os colocava num posicionamento único: se opor às obras do Projeto Novo Recife. O Ocupe Estelita aparece na maior parte das citações como grupo de pessoas que esperam um encaminhamento para a questão, ou como grupo contrário ao empreendimento. A ação referente ao Ocupe Estelita é imputada aos verbos protestar, ocupar, ser contra.

Analisando a forma como os ativistas foram citados na cobertura jornalística, destacou-se, por outro lado, o tratamento dado ao outro protagonista dos acontecimentos: o Consórcio Novo Recife. Percebemos uma dicotomia nas palavras utilizadas para referenciar os dois polos atuantes no debate. O Consórcio Novo Recife apareceu desde os primeiros registros com voz ativa nos acontecimentos. Essa voz é refletida nas chamadas, títulos e manchetes, e concede ao grupo empresarial capacidade de ação. Assim, o Consórcio/Projeto Novo Recife: recebe, tem, terá, significa, beneficia, cria, afirma, está aberto ao diálogo, demonstra preocupação, vai gerar empregos, entre outras ações que o colocam na centralidade da narrativa.

Entre os 85 registros encontrados, o Novo Recife aparece em 67 ocasiões (considerando ocasião a presença nos dias em que houve cobertura sobre o tema), enquanto o Movimento Ocupe Estelita aparece com 40 registros. Desse total, em apenas 18 ocorrências, integrantes do Ocupe Estelita ganham espaço para falar, com declarações aspeadas no texto. É interessante pontuar que essa tendência de publicar a fala dos manifestantes acontece

principalmente com a proximidade do dia da ação de reintegração de posse, com a maior parte dos registros (10) nos três dias seguintes à ação da Polícia Militar.

Nesses casos, as declarações são principalmente de queixas contra a violência policial, a falta de diálogo com os manifestantes e as prisões de pessoas que estavam acampadas. Assim, os integrantes do Movimento Ocupe Estelita – quando falam nessas situações – têm destacados seus argumentos em oposição ao governo estadual, à Polícia Militar e à prefeitura do Recife. Enquanto ao Consórcio Novo Recife coube a posição de se colocar “aberto ao diálogo”.

Também foi objeto de observação como se deu a veiculação publicitária do Consórcio Novo Recife nos jornais investigados, no período da ocupação do terreno, como os anúncios muitas vezes dialogaram com a cobertura jornalística e também com o debate que acontecia nas redes sociais. Os comunicados e páginas de esclarecimento pagas sobre o projeto deram ao Consórcio Novo Recife um espaço adicional de destaque nas publicações, ressaltando como o poder econômico das construtoras permitiu a elas uma narrativa própria dos fatos, dentro das páginas dos jornais, contada em paralelo ao que era noticiado sobre os acontecimentos.

Publicada geralmente nos cadernos de Política, a publicidade do Novo Recife ultrapassou o número de vezes em que o Movimento Ocupe Estelita teve sua voz registrada na cobertura jornalística. Observamos um total de 19 publicações de caráter publicitário (entre anúncios e comunicados do Consórcio Novo Recife nos três jornais no período pesquisado), enquanto o Movimento Ocupe Estelita apareceu com falas de seus integrantes 18 vezes no mesmo espaço de tempo.

5 Considerações finais

Investigar a cobertura dos jornais pernambucanos sobre a ocupação do terreno do Cais José Estelita pelo Movimento Ocupe Estelita, em 2014, explicita não apenas como os interesses comerciais das empresas jornalísticas muitas vezes se sobrepõem ao interesse jornalístico, mas também, como é possível silenciar um assunto ou um segmento da sociedade por completo, mesmo considerando o valor-notícia dos acontecimentos.

Entender como a atenção dos jornais ao tema passou do não registro a uma cobertura quase diária e observar que, mesmo nessa

condição, a voz do Movimento Ocupe Estelita – principal motivador do debate em torno do planejamento urbano para a região central do Recife – não apareceu adequadamente nos jornais, pode ajudar a refletir sobre como as relações de poder estão mais presentes nas redações do que suporta o mito da imparcialidade.

Não é possível esquecer que a maior parte da receita dos jornais não vem da venda avulsa de exemplares, mas dos anunciantes, formados pelo poder público e pela iniciativa privada – na qual as construtoras têm um papel importante no faturamento. Ainda hoje, os jornais pernambucanos mantêm um caderno semanal dedicado apenas a lançamentos imobiliários e reportagens sobre o setor da construção civil (com anúncios de edifícios e classificados sobre imóveis para vender e alugar). Não é possível ignorar também que entre os donos dos jornais há empreendedores da construção civil, proprietários de terras e empresários de outros ramos da economia, cujos interesses não passam ao largo da linha editorial dos veículos de comunicação.

Mesmo com essas condições, constatar o silenciamento é também diagnosticar como um discurso – que em sua origem tem como principal motivação o interesse social, como supõe-se que seja o trabalho da imprensa – seja utilizado para reafirmar uma narrativa que privilegia as classes dominantes. Como nos lembra Van Dijk (2017), para controlar o discurso é preciso controlar os contextos e foi exatamente um caso de controle do contexto o que pudemos observar na cobertura dos jornais locais sobre a ocupação.

O leitor talvez não perceba os silêncios que se estabeleceram na narrativa e nos debates propostos pela *Folha de Pernambuco*, pelo *Diário de Pernambuco* e pelo *Jornal do Commercio*. Afinal, como pudemos contabilizar, o assunto esteve presente nas páginas da imprensa pernambucana com maior ou menor frequência, a depender da empresa jornalística. Entretanto, analisando seus conteúdos, é significativo perceber que citação não significa voz, podendo ser apenas uma forma de mascarar o que Orlandi (1995) define como política do silêncio, que dispõe as cisões entre o dizer e o não dizer.

Esse silenciamento pode ser percebido em dois momentos da cobertura jornalística. O primeiro, em que se tentou silenciar o assunto demolição dos armazéns/ocupação, com uma exclusão dos manifestantes e de qualquer citação ao Movimento Ocupe Estelita do conteúdo publicado. E o segundo momento, quando o assunto se impôs pela sequência de fatos (embargo da obra, audiências

públicas, liminares judiciais). Assim, o silenciamento aconteceu não com a falta de citações ao Movimento Ocupe Estelita e ao Grupo Direitos Urbanos, mas com a omissão de suas demandas e das vozes de seus representantes nas pautas.

O que percebemos é que a cobertura jornalística dos veículos de imprensa pernambucanos aconteceu em um movimento de pêndulo, em que o foco foi deslocado para o Consórcio Novo Recife/Projeto Novo Recife e no qual os manifestantes, inicialmente excluídos da pauta, foram aparecendo como coadjuvantes de um debate no qual não tiveram voz, até o momento em que foram expulsos do terreno ocupado. Então, passaram a ser ouvidos, não em relação a sua demanda principal (questionar o modelo de ocupação urbana da cidade), mas, sim, defendendo-se da violência policial que ora os colocou como vítimas do confronto, ora como provocadores iniciais das ações da polícia.

O Ocupe Estelita foi caracterizado como movimento “contra” o Projeto Novo Recife, sem que fosse esclarecido nas notas, artigos e reportagens a respeito de que era favorável e o que pleiteava, além da não construção do empreendimento imobiliário. Esse silêncio dos três jornais pernambucanos de maior circulação fez com se sobressaísse no conteúdo publicado a visão que interessava ao Consórcio Novo Recife. Esta, inclusive, foi a visão vitoriosa, já que o empreendimento será realizado.

Mesmo quando o Ministério Público, a prefeitura do Recife e outras entidades da sociedade civil falaram, o foco das pautas acabou deslocado para a retirada dos manifestantes do terreno ocupado e para o debate sobre se o Consórcio Novo Recife seguiu ou não a legislação. Um viés que praticamente não refletiu sobre para quem são planejadas e construídas as cidades, ou sobre a qualidade de vida dos cidadãos nos grandes agrupamentos urbanos.

O pêndulo da cobertura jornalística voltou ao estágio inicial depois dos primeiros dias da reintegração de posse, novamente colocando o foco narrativo no Projeto Novo Recife, e definindo os manifestantes como contra o projeto, contra o moderno, o desenvolvimento, as leis, a ordem, entre outras definições publicadas para fazer referência aos ativistas.

O debate sobre o que é qualidade de vida nas grandes cidades acabou restrito à visão dos incorporadores imobiliários, que além de predominarem nos conteúdos produzidos pelos jornais, também realizaram publicidade do Projeto Novo Recife e impregnaram sua visão a respeito dos acontecimentos por meio de

anúncios e comunicados oficiais. Esse olhar sobre a vida urbana é tratado por Harvey (2014), quando fala de um “novo urbanismo”; algo semelhante ao que podemos ver no Projeto Novo Recife.

Nas imagens projetadas para o espaço dos armazéns e do Cais José Estelita que se transformaram em anúncios nos jornais e ilustraram também reportagens sobre o planejamento pretendido para a região central do Recife, somem os antigos armazéns, os muros pichados, os trilhos, vagões e trens abandonados e enferrujados e surgem edifícios altos e espelhados, com vista para o rio, para o mar e para o centro histórico e supostamente conservado do Recife.

O moderno, limpo e belo se sobrepondo ao antigo, velho e ultrapassado. Argumentos refutados pelos integrantes do Ocupe Estelita que perguntam insistentemente: para quem essa modernidade? Quem usufruirá desse espaço reformado e novo? A cidade precisa desse projeto? O fato de essas perguntas reverberarem nas redes sociais e não aparecerem nas reportagens sobre o tema veiculadas nos jornais pernambucanos é revelador.

O que identificamos nas páginas dos grandes jornais de Pernambuco e nos anúncios publicitários no período observado é a prevalência da visão de cidade imposta pelo consórcio de construtoras, na qual o Novo Recife é a solução ideal para a área em questão. Nas reportagens durante a ocupação, é comum representantes da prefeitura do Recife e do Projeto Novo Recife serem colocadas como mediadores e empreendedores, enquanto manifestantes aparecem apenas como indivíduos querendo impedir o projeto imobiliário, mas sem voz para explicar suas sugestões para o futuro da cidade. Saber que o consórcio de construtoras pagou anúncios sobre o projeto nos jornais, rádios e TVs e que também investiu nas mídias sociais para contrapor o discurso do Ocupe Estelita – num espaço em que os manifestantes conseguiram apoio e a maior mobilização – mostra como a disputa pela narrativa é importante e se dá em muitos níveis.

Ainda no campo do agendamento, podemos recordar como a mesma estratégia foi utilizada pelos empresários e pelo governo – com anuência da mídia – para silenciar as questões relativas às obras da Copa do Mundo de 2014, com desapropriações de diversas comunidades no Recife e noutras capitais do Brasil, em uma sistemática de opressão que, aos poucos, tem se revelado também um esquema no qual as construtoras acordaram sobre não apenas quem venceria as licitações milionárias, mas também superfaturaram as operações, desviando dinheiro público (Amorim, 2017).

O que se pode notar, mesmo diante de todas essas estratégias de silenciar, é que depois de tantos anos de pequenas lutas, o Ocupa Estelita conseguiu se posicionar ainda que minimamente na narrativa da modernização da região central do Recife e fez reverberar questionamentos sobre a necessidade do Projeto Novo Recife. Em detrimento disso, mesmo com investigação sobre a legalidade do leilão do terreno, recentemente o Blog de João Alberto, ancorado no site do *Diário de Pernambuco*, publicou que a prefeitura da cidade e o Consórcio Novo Recife haviam chegado a um ponto pacífico sobre a área, com liberação feita prefeitura municipal. Em 2019, o embargo à obra já não existe e os empreendedores anunciam o primeiro edifício residencial do empreendimento, já à venda.

Mesmo tendo em conta que provavelmente no futuro os jornais não terão tanta relevância diante das novas formas de pesquisa em banco de dados e da provável migração dos veículos de comunicação para a internet, é intrigante pensar que, enquanto empresas de informação e comunicação, os jornais pernambucanos não cumpriram o papel de informar satisfatoriamente os leitores. O silenciamento imposto ao Movimento Ocupa Estelita revela um comprometimento das empresas jornalísticas com os detentores de poder econômico e simbólico e dá uma sinalização dos motivos pelos quais meios informativos considerados “alternativos” e também sites de divulgação *fake news* e informações compartilhadas por *WhatsApp* terem ganhado relevância na atualidade. Se não é possível acreditar no que a mídia tradicional diz, talvez seja mais fácil acreditar nas “notícias” que dizem o que “eu” quero ler, que se encontram com o ponto de vista que agrada a cada leitor como ponto de partida.

Se considerarmos que o silêncio, ou a política do silêncio, é passível de acontecer em outros temas de interesse da sociedade, para além do planejamento urbano, chegando, por que não, às eleições presidenciais, é possível supor também que a imprensa – enquanto instituição – em alguns momentos abre mão do seu papel social em função da manutenção do *status quo*, algo que atinge de forma grave o paradigma da credibilidade do jornalismo e das empresas jornalísticas.

No cenário de redução das formas de financiamento dos sistemas tradicionais de comunicação, os reflexos a longo prazo dessa percepção podem levar ao que já assistimos de alguma forma na atualidade: o descrédito da população sobre o que é publicado pela imprensa. Nesse cenário, os processos de silenciamento podem acarretar, como efeito

colateral, em vez de concentração de poder por parte da mídia corporativa na redução de leitores e implicar em risco adicional ao fazer jornalístico, algo que deve ser mais profundamente investigado.

REFERÊNCIAS

Amorim, E. B. (2017). *Os silêncios e a cobertura midiática da Copa do Mundo em Pernambuco* (dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Barcelos, M. S. (2013). Jornalismo cidadão no impresso: coautoria, técnica e ética na participação e produção de conteúdo dos leitores nos jornais da RBS em Santa Catarina. *Voices e Diálogo*, 11(2), 19-29. Recuperado de <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/4327>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Batista, M. (2015). *Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18015>

Borges, S. (2015). *O repórter-amador*. Recife: Cepe.

Carvalho, J. M., & Lourenço, A. L. (2013). Clivagem da democracia no plano digital da esfera pública. In J. M. Carvalho, A. F. Magnoni & M. Y. Passos (Orgs.), *Economia política da comunicação: digitalização e sociedade* (pp. 172-191). São Paulo: Cultura Acadêmica.

Correia, J. C. (2005). *A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Moreira, C. B. (2007). Censura e Silenciamento no Discurso Jornalístico. In A. P. Ribeiro e M. A. Ferreira (Orgs), *Discurso das Mídias: a produção de sentidos nos meios de comunicação* (pp. 319-342). Rio de Janeiro: Mauad.

Kuncinski, B. (1991). *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa* (tese de doutorado não publicada). Universidade de São Paulo São Paulo, São Paulo.

Orlandi, E. P. (1995). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp.

Traquina, N. (2002). Os valores-notícia segundo Traquina. In

Jornalismo (pp. 186-208). Lisboa: Quimera.

Van Dijk, T. A. (2017). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

CAROLINA DANTAS DE FIGUEIREDO. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Sociologia (UFPE). Professora adjunta no Departamento de Comunicação Social da UFPE. Atua nos cursos de Comunicação Social e no programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFPE. Pesquisa mídias digitais e redes sociais. Email: caroldanfig@gmail.com

JULIANA DO RÊGO BARROS ALVES CAVALCANTI. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Comunicação Social pela mesma universidade. Atua como jornalista. Email: jucavalcanti@gmail.com